

SUBSTITUTIVO Nº AO PROJETO DE LEI nº 410/2007

“Estabelece a área escolar de segurança, como espaço de prioridade especial do Poder Público Municipal.

A Câmara Municipal de São Paulo D E C R E T A:

Art. 1º - A área escolar de segurança é aquela de prioridade especial do Poder Público Municipal, que objetiva garantir, através de ações sistemáticas e prenunciadas em lei, a realização dos objetivos das instituições educacionais, cuja finalidade é proporcionar a tranqüilidade de alunos, professores e pais.

Art. 2º - A área de que trata a presente lei corresponderá à círculos de raio correspondente à 100 (cem) metros com centro nos portões de entrada e saída das escolas e deverá ser indicado por placas a serem afixadas nas proximidades.

Art. 3º - A Prefeitura Municipal de São Paulo, na área descrita no artigo 2º, deverá:

I - Intensificar os serviços de fiscalização do comércio existente, em especial o de ambulantes, coibindo a comercialização de produtos ilícitos;

II - Viabilizar, dentro da previsão orçamentária corrente ou com o apoio da comunidade, ou ainda da iniciativa privada, a adequação dos espaços circunvizinhos de modo a não causarem insegurança nas escolas e sua clientela, devendo, para isso, providenciar quando possível:

a) iluminação pública adequada nos acessos à instituição;

b) pavimentação de ruas e manutenção de calçadas para que fiquem em perfeitas condições de uso;

c) poda de árvores e limpeza de terrenos;

d) o controle e eliminação de terrenos baldios e construções/prédios abandonados nas circunvizinhanças;

e) retirada de entulhos;

f) manutenção permanente de faixas de travessia de pedestres, semáforos e redutores de velocidade.

III - Coibir, nos termos da lei, a distribuição ou exposição de escritos, desenhos, pinturas, estampas ou qualquer objeto que demonstre algo obsceno ou pornográfico;

IV - Reprimir a realização de jogos de azar e jogos eletrônicos movidos a valores pecuniários, proibidos por lei, de modo a dificultar seu surgimento e proliferação;

V - Controlar, através de fiscalização intensiva do comércio em geral, o acesso de crianças e adolescente a:

a) quaisquer produtos farmacêuticos que possam causar dependência química;

b) gasolina ou qualquer substância inflamável ou explosiva;

c) fogos de artifício;

d) bebidas alcoólicas;

Art. 4º - Caberá à Companhia de Engenharia e Tráfego - CET, providenciar, junto aos órgãos competentes, a regulamentação do uso de vias situadas no entorno dos estabelecimentos de ensino, impondo controle rígido a:

I - limites de velocidade;

II - sinalização adequada;

III - demais necessidades a serem detectadas e definidas em prévia consulta à comunidade.

Art. 5º - Caberá à Guarda Civil Metropolitana - GCM, em parceria com as Diretorias das escolas, as Associações de Pais e Mestres e com a comunidade escolar, promover ações que colaborem coma prevenção à violência e criminalidade locais.

Art. 6º - Ao Executivo Municipal caberá, representar junto aos órgãos competentes no âmbito de sua jurisdição e aplicar sanções aos infratores por desobediência aos ditames legais ora impostos.

Art. 7º - Fica autorizado o Executivo Municipal a promover convênios e parcerias com entidades e empresas estabelecidas no local, visando a consecução dos objetivos ora mencionados.

Art. 8º - As despesas decorrentes da presente lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias suplementadas, se necessário.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,
ELISEU GABRIEL
Vereador - PSB"

PUBLICADO DOC 24/08/2007, PÁG. 90

PARECER CONJUNTO Nº DAS COMISSÕES REUNIDAS DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA; POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O SUBSTITUTIVO Nº AO **PROJETO DE LEI Nº 410/07**.

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Nobre Vereador Eliseu Gabriel, que visa estabelecer área escolar de segurança como espaço de prioridade especial do Poder Público, com o objetivo de garantir a realização dos objetivos das instituições educacionais, cuja finalidade é proporcionar a tranqüilidade de alunos, professores e pais.

A Prefeitura deverá, num raio de 100 metros das escolas, realizar uma série de ações, dentre elas a intensificação dos serviços de fiscalização do comércio existente, em especial o de ambulantes; a viabilização da adequação dos espaços circunvizinhos no que concerne à iluminação pública nos acessos, pavimentação, poda de árvores etc; repressão dos jogos de azar; repressão, nos termos da lei, da distribuição ou exposição de escritos, desenhos, pinturas, estampas ou qualquer objeto que demonstre algo obsceno ou pornográfico; controle do acesso de crianças e adolescentes a produtos farmacêuticos que possam causar dependência química; gasolina; fogos e artifício; bebidas alcoólicas etc.

O substitutivo aperfeiçoa o projeto original, estando amparado nos art. 13, I e 37, "caput" da Lei Orgânica do Município e no art. 30, I, da Constituição Federal, por tratar de matéria de predominante interesse local, dentro da qual deve congrir-se a competência legislativa da Comuna.

Por se tratar de projeto de lei que versa sobre atenção à criança e ao adolescente deverão ser convocadas durante asua tramitação pelo menos 2 (duas) audiências públicas, nos termos do art. 41, XI, da Lei Orgânica do Município.

Pela Legalidade.

PELA LEGALIDADE.

Quanto ao mérito, as Comissões de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente; Administração Pública; e de Educação, Cultura e Esportes, entendem inegável o interesse público do substitutivo; razão pela qual manifestam-se

FAVORAVELMENTE.

Quanto aos aspectos financeiros a Comissão de Finanças e Orçamento nada tem a opor na medida em que as despesas com a execução do substitutivo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

FAVORÁVEL, portanto, o parecer.

Sala das Comissões Reunidas em

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLATIVO PARTICIPATIVA
COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE
COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO."